

Artigo 42.º

Norma revogatória

São revogadas todas as disposições regulamentares aplicáveis ao transporte em táxi que contrariem o estabelecido no presente Regulamento.

Artigo 43.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, em 17 de Fevereiro de 2000.

Aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de Abril de 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Aviso n.º 4220/2000 (2.ª série) — AP. — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicita-se que o executivo camarário, em reunião do dia 6 de Abril de 2000, determinou proceder à alteração do plano director municipal, fixando o prazo de 180 dias para a sua conclusão.

2 de Maio de 2000. — O Presidente da Câmara, *António Alberto de Castro Fernandes*.

Aviso n.º 4221/2000 (2.ª série) — AP. — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicita-se que o executivo camarário, em reunião do dia 6 de Abril de 2000, determinou a elaboração do plano de urbanização de São Martinho do Campo, fixando o prazo de um ano para a sua conclusão.

2 de Maio de 2000. — O Presidente da Câmara, *António Alberto de Castro Fernandes*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Aviso n.º 4222/2000 (2.ª série) — AP. — *Organização dos serviços, nova estrutura e respectivo quadro de pessoal.* — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Dezembro, faz-se público que a Assembleia Municipal de São Vicente, em sessão ordinária de 28 de Abril de 2000, aprovou a nova organização dos serviços de administração municipal, organograma e quadro de pessoal, adaptados nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, cuja proposta fora aprovada pela Câmara Municipal por deliberação tomada em reunião ordinária de 12 de Abril de 2000.

2 de Maio de 2000. — O Presidente da Câmara, *João Duarte Mendes*.

Quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Vicente**Estrutura e organização dos serviços municipais****Preâmbulo**

1 — Para a prossecução das atribuições da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, os serviços que integram a Câmara Municipal devem estar estruturados de forma a corresponderem com eficácia às exigências de cumprimento do interesse das populações.

2 — Torna-se da maior importância que a orgânica da Câmara espelhe e traduza com rigor e fidelidade possíveis o suporte no dia-a-dia das atribuições que legalmente são conferidas ao município.

3 — Dada a evolução sempre crescente dos serviços municipais, torna-se necessário efectuar certos ajustamentos à orgânica dos mesmos, tornando-os mais eficientes e eficazes perante as exigências da modernização administrativa e técnica.

4 — Além do mais, torna-se necessário proceder ao estipulado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, que estabelece o regime geral de estruturação de carreiras da administração pública, aplicado à administração local com as adaptações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Nesta sequência procede a Câmara à reorganização da actual estrutura orgânica e correspondente alteração ao quadro de pessoal na esperança de melhor potenciar a capacidade de execução dos serviços.

Reorganização dos serviços municipais**Estrutura orgânica, funcionamento dos serviços e quadro de pessoal****CAPÍTULO I****Objectivos e princípios de actuação dos serviços municipais**

Artigo 1.º

Objectivos

No desempenho das suas atribuições, os serviços municipais prosseguem os seguintes objectivos:

- 1) Executar as acções definidas pelos órgãos municipais, no sentido de assegurar o desenvolvimento do município nas vertentes social, económica e cultural;
- 2) Obter índices crescentes de melhoria de prestação de serviços às populações;
- 3) Rentabilizar os recursos disponíveis;
- 4) Dignificar e valorizar os trabalhos do município.

Artigo 2.º

Princípios gerais

No desempenho das suas atribuições, os serviços municipais regem-se pelos seguintes princípios gerais:

- 1) Respeito pela legalidade e igualdade de tratamento de todos os cidadãos;
- 2) Respeito pelas decisões dos órgãos autárquicos;
- 3) Transparência nas relações com os municípios;
- 4) Desenvolvimento de processos tendentes ao aumento da produtividade;
- 5) Racionalidade e simplificação dos procedimentos administrativos;
- 6) Responsabilização dos dirigentes na aplicação de progressiva descentralização;
- 7) Respeito pelos trabalhadores dos princípios deontológicos dos serviços públicos;
- 8) Respeito pela cadeia hierárquica.

Artigo 3.º

Delegação de competências

1 — A delegação de competências será utilizada como instrumento de desburocratização e racionalização administrativa, de modo a criar maior eficiência e celeridade nas decisões.

2 — A delegação de competências respeitará o quadro legalmente definido.

Artigo 4.º

Substituição de níveis de direcção e de chefia

1 — Os chefes de divisão são substituídos nas suas faltas e impedimentos, nos termos da lei, por funcionários a designar pelo presidente da Câmara ou por quem este tenha delegado a respectiva competência.

2 — Os chefes de secção são substituídos, nas suas faltas e impedimentos, por funcionários administrativos, adstritos a essas unidades, de maior categoria e antiguidade, a designar por despacho do presidente da Câmara ou por quem este tenha delegado a respectiva competência.

3 — Nas unidades orgânicas sem titular de cargo de dirigente ou de chefia, as respectivas competências são coordenadas pelo funcionário de maior categoria profissional que a elas se encontrar adstrito, a designar por despacho do presidente da Câmara ou por quem este tenha delegado a respectiva competência.